

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de S. Paulo Class.: Pacto Amazônico
 Data 05.07.80 Pg.: 34

Enfim o Pacto Amazônico

Apresentado como obra excepcional do então chanceler Azeredo da Silveira, por ter sido aprovado em princípio em apenas alguns meses, só em agosto começará a vigorar o Pacto Amazônico, isto é, dois anos após a sua assinatura. Embora alguns países o tivessem imediatamente homologado, a Venezuela, que desde o primeiro momento resistiu à idéia, só antecorrem o ratificou, mantendo-se reticente até o último instante.

Preocupado em não perder a liderança que exerce sobre os países do Pacto Andino, o governo venezuelano, que centraliza sua economia no petróleo e adotou uma política totalmente conservacionista em relação à sua Amazônia (compra madeira do Brasil para não destruir a sua floresta), foi adiando sua decisão, que somente agora surge.

Quais os resultados práticos que advirão do Pacto Amazônico? Não podemos esquecer que, acima de tudo, o Pacto tem mais um sentido geopolítico, de fixação de uma política comum para o desenvolvimento da Amazônia ou mesmo da preservação de suas riquezas. Dele poderão surgir, é verdade, grandes projetos comuns, bi ou multinacionais, dos quais Brasil e Venezuela sairão beneficiados pelo próprio peso específico de suas economias. Mas não há que alimentar muitas ilusões ou esperanças excessivas, pelo menos para um futuro próximo.

Deverão surgir — e já estão surgindo naturalmente — algumas operações comerciais e associações entre empresas de países integrantes do Pacto, as quais, porém, são mais obras da ação isolada — e agressiva — de alguns empresários brasileiros do que do próprio convênio. Poderíamos citar a construção da usina de Guri, entre outros empreendimentos, que está sendo construída praticamente por firmas brasileiras, com empresas da Venezuela.

Todavia, o Pacto Amazônico continuará sendo ainda por alguns anos uma peça diplomática que permitirá a definição de uma política de integração das sub-regiões amazônicas. Primeiro, será preciso desenvolver um intenso estudo da área. Neste sentido, o Brasil tem muito mais a oferecer aos demais países já que possui maior experiência de algumas áreas amazônicas, principalmente com relação aos projetos agropecuários. Agora, com a apresentação do projeto Carajás, integrado em um outro muito mais ambicioso e amplo, o da Amazônia Oriental, abrem-se novas perspectivas de criação de poderoso pólo de desenvolvimento regional, que atrairá, indiscutivelmente, a inveja dos vizinhos menos desenvolvidos, com exceção, talvez, da Venezuela, que desenvolve projetos minero-siderúrgicos importantes.

Em última análise, a decisão da Venezuela de aderir ao Pacto Amazônico tem, talvez, maior significado do que o Pacto em si. Poderá representar mais um passo na aproximação econômica dos dois países, abrindo novas perspectivas até para o aproveitamento do petróleo venezuelano do Orinoco. Quanto aos demais países, há que esperar ainda para que surjam os primeiros resultados concretos. Não se pode, por exemplo, comparar o novo Pacto com o Tratado do Prata, tal a diversidade das características geográficas e econômicas e a complexidade representada por uma mesma região de selva cobrindo vários países (Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), mas de incipiente grau de desenvolvimento.

Uma vez armado o arcabouço diplomático, os governos, principalmente do Brasil, deveriam convocar os empresários que já detêm alguma experiência na área ou mostram-se decididos a ali investir, entregando-lhes a missão de promover a integração econômica dos diversos países. Mas, para isso, porém, será preciso, acima de tudo, que o Brasil elabore uma política de ocupação e desenvolvimento de sua Amazônia, criando um modelo até agora não definido.